



GEDES
Grupo de Estudos de
Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 11/2018
Período: 14/04/2018 – 20/04/2018

GEDES – UNESP

- 1- Editorial analisou fatos históricos sobre o regime militar
- 2- Ministro interino da Defesa comentou sobre a violência no Rio de Janeiro
- 3- Armas Airsoft estão sendo utilizadas em larga escala por criminosos
- 4- Pesquisa consultou opinião pública acerca da manifestação de militares sobre política
- 5- Intervenção federal no Rio de Janeiro não direcionou ações à Região da Baixada
- 6- General Eduardo Villas Bôas comentou sobre a crise nacional no Dia do Exército
- 7- Negociações entre Boeing e Embraer avançaram

1- Editorial analisou fatos históricos sobre o regime militar

Em editorial ao *Correio Braziliense*, Roberto Brant, ministro da Previdência Social durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou que os “movimentos políticos estão sempre tentando usar a memória em seu proveito” e, neste contexto, analisou “visões ideológicas do mundo que já dominaram o poder no Brasil”. Ao abordar o regime militar (1964-1985), Brant afirmou haver uma “espécie de nostalgia autoritária” e lembrou que, durante os primeiros anos daquele período, houve uma modernização do Brasil e o controle da inflação crônica, criando-se base para o rápido crescimento da economia. Entretanto, segundo Brant, isto ocorreu por meio de “instrumentos autoritários de governo, sem liberdade política, sem Parlamento livre e sem Poder Judiciário independente”. De acordo com o ex-ministro, a partir do final da década de 1970, o modelo se esgotou e a economia parou de crescer, houve o retorno da inflação, a intervenção do Estado no setor produtivo e a elevação da dívida externa. Na volta do governo civil, em 1985, o país encontrava-se em crise, sem crescimento, decretando moratória da dívida e com inflação elevada. Segundo Brant, “isso foi o que aconteceu. Não há manipulação histórica capaz de mudar isso”. (*Correio Braziliense – Política – 16/04/18*)

2- Ministro interino da Defesa comentou sobre a violência no Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a escalada de violência na cidade do Rio de Janeiro não foi eliminada pela intervenção federal na segurança. Contudo, segundo o governo, houve queda no número de homicídios em comparação com o mesmo período em 2017. O ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, afirmou que resultados poderiam ser divulgados

“em breve” e informou que 63 medidas estavam “planejadas para serem executadas”. Segundo o periódico, Luna, que é o primeiro militar a assumir o Ministério da Defesa, afirmou que o problema da segurança pública não se resolve “do dia para a noite”. Conforme o general: “não está ainda no ritmo (que se esperava), pois existe toda uma organização a ser feita. Os resultados podem não ser muito perceptíveis. Mas, em termos de organização, planejamento e gestão está sendo feito”. (Correio Braziliense – Política – 16/04/18)

3- Armas Airsoft estão sendo utilizadas em larga escala por criminosos

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, armas do tipo Airsoft, produzidas para práticas esportivas e com aparência idêntica a armas de fogo reais, estão sendo utilizadas em larga escala por criminosos por conta de seu baixo valor e menor risco. Segundo *O Estado*, policiais afirmaram ter dificuldade para diferenciar uma arma de fogo de uma Airsoft, “só é possível diferenciar uma arma do tipo Airsoft do armamento real no momento do disparo”. Conforme o jornal, a venda de armas Airsoft é permitida para maiores de 18 anos, entretanto, segundo Jorge Luis Furquim, da Promotoria Criminal de Itaguaí, a presença destes simulacros é “uma aberração” e sua entrada no país deveria ser vetada pelo Exército. De acordo com *O Estado*, as armas Airsoft são facilmente adquiridas e sites alertam que os simulacros são “regulamentados pelo Exército Brasileiro”. Segundo o jornal, o artigo 26 do Estatuto de Desarmamento proíbe “a fabricação, venda e importação de réplicas e simulacros de armas de fogo que com estas se possam confundir” com exceção aos “destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado”. Segundo o Exército, as armas de pressão são “comumente empregadas em atividades de instrução e adestramento”, por isso são liberadas. Conforme a corporação, crimes cometidos com simulacros são de responsabilidade dos órgãos de segurança pública e a retirada da marcação colorida na extremidade do cano, que indica seu caráter de réplica, é crime. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/04/18)

4- Pesquisa consultou opinião pública acerca da manifestação de militares sobre política

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha consultou a opinião pública acerca do direito dos militares de opinar publicamente sobre temas políticos. Segundo a pesquisa, 61% dos entrevistados defenderam que militares possam comentar a situação política do país, enquanto 33% foram contrários e 6% não souberam opinar. O periódico destacou que o debate foi trazido à tona após o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, ter sido acusado de tentar interferir no Supremo Tribunal Federal ao fazer declarações públicas às vésperas do julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O periódico apontou também episódio ocorrido em setembro de 2017, no qual o general Antonio Hamilton Mourão declarou que “as Forças Armadas poderiam ‘impor uma solução’ caso o Judiciário não solucionasse ‘o problema político’”. Segundo a *Folha*, um decreto assinado em 2002 classifica qualquer manifestação pública, sem autorização, de um militar da ativa sobre assuntos políticos como “transgressão disciplinar” passível de punição. Contudo, segundo avaliaram especialistas em direito militar, o comandante do Exército apenas poderia ser desautorizado por seu superior hierárquico, o presidente da República, que não comentou as declarações de Villas Bôas. O jornal também citou dados de outra pesquisa do

Datafolha, de 2017, na qual 56% dos entrevistados defenderam que a democracia é sempre a melhor forma de governo, 21% dos entrevistados afirmaram que “tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” e 17% consideraram que, “em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura”. Segundo a *Folha*, o instituto afere o apoio à democracia desde 1989, tendo sido 2014 o ano com maior taxa de apoio, declarado por 66% dos entrevistados. (Folha de S. Paulo – Poder – 17/04/18)

5- Intervenção federal no Rio de Janeiro não direcionou ações à Região da Baixada

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, desde o início da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, não houve foco em ações direcionadas à região da Baixada. A *Folha* afirmou que, entre as 22 operações conjuntas realizadas desde fevereiro de 2018, nenhuma significativa ocorreu na Baixada, onde houve apenas patrulhamento na rodovia Dutra que liga os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com o jornal, o gabinete de intervenção federal, quando questionado sobre as propostas dos militares para a Baixada, informou que a intervenção ocorre em todo o estado do Rio de Janeiro. A *Folha* solicitou ao Comando Militar do Leste a relação das ações que favoreceram a Baixada, porém não obteve resposta. Conforme o periódico, um inquérito foi instaurado em março de 2018 pelo Ministério Público Federal (MPF) para verificar as ações federais na região. Ao MPF, o gabinete de intervenção informou que, além de patrulhas, uma operação de Garantia de Lei e Ordem (GLO) foi realizada no segundo semestre de 2017. Para o procurador responsável pelo caso, Julio José Araújo de Lima, as respostas dos militares até agora foram escassas e isso indica uma “falta de transparência”. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/04/18)

6- General Eduardo Villas Bôas comentou sobre a crise nacional no Dia do Exército

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, na ocasião da comemoração do dia do Exército, da qual participaram o presidente da República Michel Temer e representantes dos três Poderes, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, criticou o alto índice de violência e corrupção no país. O general afirmou que “não podemos ficar indiferentes aos mais de 60 mil homicídios por ano, à banalização da corrupção, à impunidade e à insegurança ligada ao crescimento do crime organizado e à ideologização dos problemas nacionais”. Villas Bôas cobrou soluções a essas questões, que classificou como “as reais ameaças à nossa democracia”, a fim de garantir a estabilidade. O general afirmou que cabe à população se unir para definir “de forma livre, legítima, transparente e incontestável, a vontade nacional”, referindo-se às eleições que acontecerão em 2018. Em seu pronunciamento, Michel Temer pontuou a atuação dos militares no combate ao crime organizado e defendeu a necessidade de coesão e união nacional para superar a situação vivida pelo país. (Correio Braziliense – Política – 20/04/18; Folha de S. Paulo – Poder – 20/04/18; Estado de S. Paulo – Política – 20/04/18)

7- Negociações entre Boeing e Embraer avançaram

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as negociações do acordo entre Boeing e Embraer avançaram após reunião no dia

19/04/18. A proposta em discussão prevê a criação de uma nova empresa, com 80,01% de participação americana e 19,99% de participação brasileira, segundo *O Estado*. De acordo com os periódicos, a joint venture seria restrita ao setor de jatos comerciais. Segundo a *Folha*, os setores militar e executivo permaneceriam sob o controle da “velha” Embraer”, que receberia recursos da nova empresa e teria como cliente estratégico a Força Aérea Brasileira (FAB), com programas como o desenvolvimento do cargueiro KC-390 e do caça Gripen. *O Estado* apontou que a participação de um representante brasileiro no conselho administrativo da nova empresa ainda está em discussão e é defendida pelos militares, que pressionam para que o governo não fique sem representantes no colegiado. O periódico apontou que, embora a reunião de trabalho — realizada na capital federal Brasília com a presença de representantes do Comando da Aeronáutica, do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e de equipes do ministérios da Defesa e da Fazenda — tenha corrido bem, é improvável que um acordo seja anunciado na próxima semana, devido a viagem do ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna, para o exterior. (Folha de S. Paulo – Mercado – 20/04/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 20/04/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).